LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

Prova de 2009

Questão 1

A transição do regime militar (1964-1985) para a chamada Nova República foi marcada por iniciativas que visavam à democratização política e eram promovidas por movimentos de oposição e por integrantes do próprio sistema de poder.

A esse respeito, comente:
- o sentido da expressão “abertura lenta, gradual e segura”;
- *o peso da eleição de governadores do partido de oposição em 1974; e
  *OBS: o segundo item desta questão foi anulado em razão de erro de revisão.
- a formação de forças sociopolíticas que passaram a demandar o fim do regime militar.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

PAULA RASSI BRASIL (28/30)

A transição do regime civil-militar instalado em 1964 para a Nova República, em 1985, apresentou avanços e recuos, sendo marcada por fases de maior abertura e outras de considerável autoritarismo. Ainda que os dez últimos anos do regime tenham sido pontuados por significativos movimentos de oposição, percebe-se que continuavam existindo forças contrárias à volta aos quartéis. A luta pela redemocratização do país - por meio da sociedade civil organizada e de parte dos militares, como o grupo castelista – foi, ao final, suficiente para modificar a estrutura política do Brasil.

Geisel e Golbery cunharam a expressão “abertura lenta, gradual e segura” para denominar a forma de governar o país entre os anos 1974 e 1979. A vitória da candidatura de Geisel representou, por si só, a volta dos castelistas ao poder e o início de significativa distensão na política interna. Em termos de corporação militar, faz-se mister notar que os anos Médici haviam assistido à autonomização do aparelho repressivo do Estado e a conseqüente quebra de hierarquia na execução de tortura. Tal cenário criou desafios para o presidente subsequente, bem como exacerbou a insatisfação popular. Neste mesmo sentido, os choques do petróleo e o fim do milagre econômico tornavam o regime militar mais frágil à críticas, comprometendo a “legitimação pela eficácia”, expressão do Ministro Roberto

Campos que serviu como técnica utilizada pelos generais-presidentes para justificar a supressão de liberdades.

Ser lenta, gradual e segura significava que a abertura deveria acomodar os interesses divergentes que existiam na sociedade e no governo, promovendo uma transição sem "acerto de contas". Para tanto, equilíbrio delicado entre, por um lado sinalizações de abertura e, por outro pressões por fechamento (linha-dura) pode ser observado durante todo o período. A demissão do ministro Sílvio Frota, por exemplo, explicita que mortes por tortura, como a do jornalista Vladimir Herzog não mais seriam toleradas. Além disso, estava claro que não se pretendia instalar comissões de verdade para apurar os abusos do regime militar brasileiro – o que impossibilitava o surgimento de uma versão nacional do processo de solução interna construído na Espanha (Pacto de Moncloa). Assim, o gradualismo marcou a transição, ainda que os movimentos sociais cumprissem seu papel de acelerar tal ritmo.

A eleição de 1974 demonstrou a força da insatisfação nacional com os rumos da política. Desde 13 de dezembro de 1968 o país encontrava-se sob o manto do AI-5 e as guerrilhas urbanas e rurais já não existiam. A forma encontrada para exteriorizar opiniões dava-se, por conseguinte, pelos votos na oposição (MDB) e por meio de gestos cotidianos de protesto, como a compra de jornais perseguidos, como o "Pasquim". A vitória do MDB em vários Estados importantes teve impacto no governo que, não pretendendo retirar-se imediatamente da cena política, lançou a Lei Falcão e, posteriormente, o Pacote de Abril. A primeira legislação primava por impedir propaganda falada na televisão, dentre outras restrições, enquanto o Pacote de Abril, de 1977, criava senadores biônicos escolhidos indiretamente. Em conjunto, nota-se que por mais que o slogan oficial fosse em favor da abertura, essa sempre seria, na medida do possível, controlada.

Paralelamente às movimentações políticas propriamente ditas, ocorria a ascensão de forças sociopolíticas com fortes demandas pelo fim do regime. Ao lado de figuras como Golbery do Couto e Silva e de sua tentativa de restabelecer o controle sob o Sistema Nacional de Informações (SNI), havia organizações civis e religiosas lutando pela redemocratização, ainda que muitas vezes na ilegalidade. Percebe-se a crescente atuação da Pastoral da Terra e da Juventude Universitária Católica, assim como da União Nacional dos Estudantes. Com o passar dos anos, o fim do regime torna-se uma aspiração de boa parte da sociedade, visto que a opção pelo uso da força, em 1964, ocorrera para se evitar a "catástrofe comunista" – não constituindo cessão de mandato ad infinitum aos militares. A falta de clareza inicial sobre o tempo que o restabelecimento da ordem levaria conferiu fôlego ao regime, mas não era suficiente para garantir sua manutenção perpétua.

Neste sentido, o movimento da Anistia, de 1979, representou momento de união popular em prol da abertura, a qual foi instrumentalizada, inclusive para preservar os militares em relação às suas atitudes enquanto fora dos quartéis. A Anistia foi concedida a todos, de esquerda e de direita, civis e militares – impedindo soluções mais apuradas em termos de justiça. Neste mesmo ano, o Presidente suspendeu a execução do AI-5, sinalizando que o processo de abertura era sem retorno, apesar das resistências de alguns grupos militares que faziam parte do governo. A Campanha das "Diretas Já", já no ocaso do governo Figueiredo, também contou com ampla participação popular, apesar do malogro parlamentar da Emenda Dante de Oliveira.

Os vinte anos de regime militar não eram inicialmente esperados pela maior parte de seus executores e base de apoio, tendo transcorrido sem um plano acordado e discutido de forma clara e pública. A presença militar na política ocorreu no Brasil em período análogo às experiências no resto da América Latina, Espanha e Portugal. Os motivos para a extensão do regime brasileiro, contudo, são variados, mas pode-se perceber que houve resistência ao

projeto desde seus primeiros momentos – tendo aumentado progressivamente ao longo da segunda metade do regime.

A busca por uma abertura lenta, gradual e segura foi o mecanismo encontrado para uma transição sem revolução, ainda que existissem forças terminantemente contrárias ao prolongamento do regime. O papel da sociedade civil e o esforço de representantes do grupo castelista foram, assim, complementares para a abertura, ainda que em lados opostos do espectro: o primeiro grupo buscando aumentar o ritmo de abertura enquanto o segundo precisava dosar a extensão das mudanças, de modo a manter seu controle e evitar as pressões e retrocessos da linha-dura. Tendo sido a volta aos quartéis decidida, restava gerenciar o seu ritmo e garantir as menores conseqüências para tal atitude.

Questão 2

Os antecedentes da formação do espaço territorial brasileiro encontram-se, em grande parte, no período da colonização portuguesa. Para definir as soberanias territoriais das potências colonizadoras na América do Sul, Portugal assinou, naquele período, tratados diplomáticos com a França e a Espanha.

Nesse contexto, comente:
- a importância dos Tratados de Utrecht;
- o resultado das negociações entre 1750 e 1801; e
- a ação de D. João VI no período em que esteve no Brasil (1808-1821).

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

RODRIGO DE OLIVEIRA MORAIS (30/30)

Ainda no século XV, na condição de potências marítimas, Portugal e Espanha por duas vezes dividiram o mundo entre si: primeiro pela Bula Inter Coetera, depois pelo Tratado de Tordesilhas. Esse último estabeleceu um meridiano que dividiria o continente sul-americano entre as nações ibéricas: a Leste para Portugal, a Oeste para a Espanha. Ao longo dos séculos posteriores ao tratado e à descoberta, ou "achamento", do Brasil, o meridiano de Tordesilhas seria seguidamente ignorado por ambos os países. Ao mesmo tempo, outras potências, insatisfeitas com aquela divisão, reclamavam sua parte na "herança de Adão". Desse modo, as questões de limites, a conquista e a manutenção das possessões ibéricas na América foram objeto de uma série de acordos.

Os dois tratados de Utrecht (1713 e 1715) tiveram importância para Portugal, no contexto da América do Sul, ao reconhecerem, respectivamente, a legitimidade da posse portuguesa sobre os territórios da margem norte do Amazonas e da Colônia do Santíssimo Sacramento. Conseqüência da conclusão de guerras européias em que Portugal esteve ao lado da Inglaterra e a Espanha aliada à França, ambos beneficiaram a Coroa portuguesa. No norte, a presença francesa datava pelo menos do século XVII, quando da fundação de São Luís, com a instalação da França Equinocial, empresa que desagradava aos ingleses. No Sul, a Colônia de Sacramento foi permanente pomo de discórdia entre portugueses e espanhóis na disputa pelo controle do Prata.

Em 1750 seria concluído entre Portugal e Espanha o Tratado de Madrid, idealizado pelo santista Alexandre de Gusmão. Ao estabelecer um tratado geral de fronteiras, dividindo o continente entre as duas potências, esse acordo fixou aqueles que viriam a ser os limites do Brasil moderno. Nas palavras de Synésio Sampaio Goes Filho, o Tratado de Madrid

concretizou o desenho do território brasileiro de acordo com o mito da Ilha Brasil. Foi, sem dúvida, o mais importante tratado de limites entre Portugal e Espanha, cujo legado permanece, ainda hoje, vivo. Nele foram estabelecidos paradigmas jurídicos que preservariam sua validade em decisões posteriores.

A obra magna de Alexandre de Gusmão foi edificada em contexto de iminente guerra sistêmica entre Inglaterra e França, uma vez mais. Como secretário do rei Dom João V e integrante do Conselho Ultramarino, Alexandre negociou secretamente com a Espanha os limites sul-americanos, tendo como contraparte espanhola Dom José de Carvajal y Lancaster. As negociações começaram em 1746 e foram concluídas de acordo com as diretrizes traçadas pelo santista. Dois aspectos são essenciais para a compreensão do Tratado de Madrid: o conceito de fronteiras naturais e o de uti possidetis. O primeiro visava a dar referências concretas para os limites, usando cursos fluviais e elevações topográficas. Evitar-se-ia, assim, o estabelecimento de fronteiras abstratas, "indemarcáveis", como as de Tordesilhas. O segundo, recuperado por Gusmão do direito privado romano, matéria em que se doutorara, garantiria a posse da terra para aquele que a ocupasse de fato. Em que pese o consentimento espanhol, ambos os critérios revelaram-se favoráveis a Portugal.

Deve-se ressaltar que o Tratado de Madrid representou uma compensação global entre Portugal e Espanha, na qual essa reconheceu como legítimo o avanço português além-Tordesilhas no Norte, no Oeste e no Sul do continente sul-americano. De sua parte, Portugal legitimava o avanço espanhol no Pacífico sobre as Ilhas Filipinas e as Molucas. Ademais, ambas as potências concordavam em não alterar suas fronteiras na América do Sul como resultado de guerras entre países europeus, com o que tentavam afastar ingleses e franceses de suas possessões. No Sul, Alexandre de Gusmão teve a sensibilidade necessária para abrir mão de Sacramento, entendendo que era inviável mantê-la e que a Espanha a valorizava sobremaneira. Em troca, garantiu para Portugal a Bacia Amazônica (ocupada legitimamente durante a União Ibérica), o Mato Grosso (atingido após a descoberta de metais preciosos) e o Rio Grande do Sul (fronteira estratégica no contexto platino).

Grande parte do sucesso português se deve ao conhecimento cartográfico acumulado previamente. Sem o mesmo arsenal, a Espanha não teve como questionar, por exemplo, o Mapa das Cortes. Contava-se, ainda, com a influência de Dona Maria Bárbara e com a percepção espanhola de que o avanço português era irreversível e um tratado evitaria novas perdas.

A morte de Dom João V, porém, resultou na ascensão de forças contrárias ao tratado, também malvisto entre os espanhóis. Sebastião de Carvalho e Melo, particularmente, era contra a cessão de Sacramento por Sete Povos. Em 1761, o Tratado de El Pardo anulou o de Madrid, cujos limites, observe-se, não chegaram a ser demarcados. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso praticamente restabeleceu Madrid, exceto no Sul, onde havia novas perdas portuguesas. Ildefonso, entretanto, permaneceu preliminar, jamais sendo efetivado. No contexto da Guerra das Laranjas, assinou-se o Tratado de Badajoz, que não validava qualquer acordo anterior.

Transmigrada a Corte Bragantina para o Brasil, Dom João denunciou o Tratado de Badajoz. Deu início, então, a uma política expansionista contra os territórios dos países que haviam forçado a sua saída de Portugal: franceses ao Norte e espanhóis ao Sul. A importância geopolítica dessas regiões consistia no controle da foz do Amazonas e do Prata. Nessa região, tentou anexar a Banda Oriental em 1816, sendo impedido pelos ingleses. Finalmente, em 1821, atingiria seu objetivo, incorporando a Província Cisplatina, que continuaria a ser objeto de disputa no Império, entre brasileiros e argentinos, até 1828, quando se tornou independente, com o apoio de Ponsonby.

De modo geral, é possível afirmar que, apesar das marchas e contramarchas, o Tratado de Madrid foi o grande paradigma para o estabelecimento das fronteiras terrestres brasileiras. O predomínio das fronteiras naturais e o uso do uti possidetis de facto por Duarte da Ponte Ribeiro, contra as pretensões hispano-americanas pelo uti possidetis de jure, demonstram toda a sua força, tendo sido validado por quase todos os vizinhos brasileiros, exceção feita à Colômbia e à Argentina. Aceitaram-no, portanto, Peru (1851), Bolívia (1867), Uruguai (1851), Venezuela (1859) e Paraguai (1872). O território do Acre, outra exceção, foi obtido pelo Tratado de Petrópolis, em 1903. Assim, é válida a afirmação segundo a qual, apesar de sua anulação, o Tratado de Madrid desenhou o corpo da pátria.

Questão 3

Entre 1862 e 1868, o Império do Brasil viu a instalação de seis Gabinetes, formados sucessivamente, em razão de lutas internas.

Discorra a respeito da evolução dessa conjuntura e de sua repercussão sobre a ação externa brasileira, em particular quanto às questões da região platina.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

HUGO DE OLIVEIRA LOPES BARBOSA PEREIRA PINTO (17/20)

Durante os anos de 1862 a 1868, esteve no poder, no Brasil, a chamada "Liga Progressista", considerada liberal. Os muitos gabinetes formados pela Liga refletem os problemas intestinos a ela e sua tentativa de legitimar-se no poder. No período, a política brasileira intervencionista na região do Prata continuou, como ocorria desde 1848, quando o gabinete conservador de então implantou o que Amado Luiz Cervo chama de "grande política americanista", após anos de imobilismo. Como forma de angariar apoio interno, o Império, sob governo do gabinete da Liga, perpetrou a invasão do Uruguai, o rompimento de relações diplomáticas com a Inglaterra e a Guerra do Paraguai.

A Liga Progressista, formada por liberais e conservadores moderados, ascendeu ao gabinete em 1862. Liderada por Zacarias de Góes e Nabuco de Araújo, a Liga era uma tentativa de segregar os liberais e conservadores mais radicais, mantendo uma forma de conciliação. Os problemas enfrentados pela Liga, no entanto, ensejaram inúmeras mudanças de gabinete e certa instabilidade. Como forma de conseguir apoio interno, a Liga valeu-se da política externa intervencionista no Prata, aos moldes da que foi perpetrada durante os anos de gabinete daqueles que Ilmar Mattos chama de "trindade saquarema", os conservadores radicais, entre 1848 e 1852. A tentativa de parecer mais assertivo em suas ações fez, ainda, com que o gabinete rompesse as relações brasileiras com a Inglaterra, com a Questão Christie.

Em 1864, os blancos uruguaios estavam no poder naquele país, antes com Berro e depois com Aguirre. Aliado dos colorados, os oposicionistas de então, o Império ressentia-se do aumento de impostos para o gado gaúcho na região e da renitência dos blancos em estender a vigência dos tratados assinados com o Brasil em 1851, amplamente favoráveis ao Império. Sob pretexto de proteger interesses de brasileiros naquele país, o Império invade o Uruguai, derrubando os blancos. Tentava-se, ademais, com isso, conseguir apoio dos gaúchos ao gabinete de então. Antes, a Questão Christie, ensejada pela prepotência do representante inglês no Rio de Janeiro após o naufrágio de um navio inglês e a prisão de dois

marinheiros daquele país, fez com que o Império expulsasse o representante inglês e rompesse relações com a Inglaterra, em tentativa de parecer mais firme em suas posições.

Com a invasão do Uruguai, o ditador do Paraguai, Solano López, imagina que seu país poderia ser o próximo alvo da política intervencionista nacional. Ao invadir o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, passando, sem permissão, por território argentino, López faz com que Brasil, Argentina e Uruguai formem a Tríplice Aliança em oposição ao Paraguai, como em uma profecia auto-realizável. A Guerra do Paraguai, que se inicia então, pode ser considerada mais um exemplo de intervencionismo imperial, embora a historiografia recente, de Francisco Doratioto a Ricardo Salles, dê relevo ao processo de formação dos Estados nacionais na região, não ao intervencionismo estrito e sem justificativa.

A Guerra do Paraguai é o mote para o fim da Liga Progressista e da volta dos conservadores ao poder, em 1868, terminando o período de sucessão de gabinetes. Economicamente, a guerra devastou as finanças nacionais, retirando parte do poder de ação do gabinete. Militarmente, o país sofria reveses significativos, como a incapacidade de tomar Humaitá, que faziam com que novo comandante para as tropas devesse ser designado, especialmente após o abandono do comando das tropas por Mitre, presidente argentino que, então, se via com problemas internos em seu país. A escolha, para o comando, do Duque de Caxias, conservador, faz com que seja inevitável um gabinete conservador, mesmo porque o gabinete da Liga perdia seu apoio interno. A queda do gabinete de Zacarias de Góes ocorreu, portanto, em 1868, quando Caxias assumiu o comando das tropas da Tríplice Aliança na guerra, vencida, posteriormente, pela própria Aliança.

Enfatiza-se, pois, a importância da política interna para a execução da política externa do país. Entre 1862 e 1868, o fator interno foi determinante, em especial para a política imperial na região do Prata. Não se separa, de maneira estrita, a conjuntura interna do país de sua atuação internacional, ambas inter-relacionando-se. O exemplo do período 1862-1868 é marcante dessa característica. Após 1868, já sob gabinete conservador, o Império continuaria a guerra e a ocupação do Paraguai, encerrando, na década de 1870, sua "grande política americanista". A política interna e a política externa, no entanto, continuariam a se influenciar mutuamente.

Questão 4

Nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, o Brasil promoveu processo de inserção internacional marcado por crescente participação no sistema multilateral.

Nesse âmbito, disserte a respeito do papel do Brasil:
- na construção de regras para o comércio internacional; e
- nos trabalhos da ONU voltados para o tema da descolonização da África.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

LEONARDO WESTER DOS SANTOS RIBEIRO (19/20)

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo início da Guerra Fria, que se caracterizou pelo conflito ideológico entre o capitalismo e o comunismo. Nesse contexto, a atuação internacional de países como o Brasil, que buscavam recursos para viabilizar seu desenvolvimento interno, estava limitada por aquele conflito. A solução encontrada pela diplomacia brasileira foi participar, de maneira ativa, das discussões em foros multilaterais de comércio, de modo a garantir a formação de regras internacionais que beneficiassem

países em desenvolvimento, bem como em instâncias políticas que assegurassem o princípio da autodeterminação dos povos.

Em 1944, antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil participou ativamente das reuniões de Bretton Woods, que criariam órgãos multilaterais para a regulação dos sistemas econômico e financeiro internacionais. Em 1947, também foi atuante nas negociações que resultaram no acordo do GATT, diante do fracasso em instituir-se a Organização Internacional do Comércio. Esse período coincide com o projeto desenvolvimentista brasileiro, inaugurado no período Vargas e conduzido pelos governos seguintes, em maior ou menor grau. Para isso, era fundamental que o Brasil se engajasse nas negociações multilaterais de comércio.

Na década de 1950, começa a ganhar força no Brasil a tese cepalina de deterioração dos termos de troca, pela qual os produtos agrícolas, produzidos por países em desenvolvimento, tenderiam a ter seus preços depreciados em comparação aos produtos manufaturados exportados por países desenvolvidos. Não obstante, o Brasil tinha por objetivo garantir a redução tarifária de produtos agrícolas, especialmente o café, para que pudesse aumentar suas exportações e, consequentemente, viabilizar seu projeto desenvolvimentista, por meio da geração de receitas.

Essa aparente contradição entre a teoria cepalina e o projeto de aumento das exportações brasileiras teve repercussão nas negociações comerciais internacionais das quais o Brasil participou. A atuação da diplomacia brasileira foi importante para o sucesso das diversas rodadas de negociação do GATT, que contribuíram, de fato, para reduzir as tarifas que restringiam o comércio internacional. Ao mesmo tempo, o Brasil uniu-se a outros países em desenvolvimento, para reivindicar acesso a mercado nos países desenvolvidos, como ficou demonstrado pela atuação no âmbito da UNCTAD, na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi neste órgão que a diplomacia brasileira atuou de maneira destacada, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

No que tange a participação brasileira nos trabalhos da ONU para a descolonização africana, sua atuação foi crescente, uma vez superado o relativo afastamento da diplomacia brasileira nessas discussões. Como forma de participar de suas reuniões, o Brasil ingressou no Conselho de Tutela da ONU, que era o órgão responsável pelo tema da descolonização. O Brasil passou a apoiar os processos de independência afro-asiáticas, tendo como base o princípio de autodeterminação dos povos, especialmente após a formulação da Política Externa Independente (PEI), durante o governo de Jânio Quadros. Nesse momento, no entanto, ainda havia certa contradição quanto à descolonização de colônias portuguesas na África, em decorrência dos fortes laços que uniam o Brasil à sua ex-metrópole. O apoio incondicional à descolonização africana viria apenas durante o regime militar, especialmente com o "pragmatismo responsável e ecumênico" do governo Geisel, quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA, em Angola. Essa atuação demonstra o caráter pragmático da política externa brasileira, que precisava de apoio de países afro-asiáticos em temas multilaterais, especialmente aqueles relacionados ao comércio internacional.

O contexto da Guerra Fria, portanto, levou a diplomacia brasileira a engajar-se de forma autônoma nas discussões multilaterais de comércio e de descolonização, especialmente na África. Em questões comerciais, o Brasil participou ativamente das reuniões do GATT, além de ter sido membro-fundador de diversas organizações comerciais temáticas, como a Organização Internacional do Café, durante a década de 1950. Já em questões de descolonização, houve evolução do papel da diplomacia brasileira, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o reconhecimento da independência de Angola, no governo Geisel.

Ambos são exemplos de que há aprofundamento e continuidade da política externa brasileira ao longo do tempo, independentemente do regime político em vigor no país.

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa (Primeira Fase):

1. Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.
2. Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.
3. As Relações Internacionais.Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.
4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.
5. A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.
6. Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.
7. A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.